

SÉTIMO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA
EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA



História da Educação Matemática nos caminhos do
mundo digital e da democratização do conhecimento

Fundações educacionais e a expansão do ensino superior no Brasil: um prelúdio a uma análise

Educational foundations and the expansion of higher education in Brazil: a
prelude to an analysis

Mariana Cristina Boaretti Cavenaghi Johansen¹

Maria Ednéia Martins²

Resumo

O objetivo desse artigo é divulgar uma pesquisa de doutorado em andamento que propõe um estudo historiográfico do curso de Matemática da Fundação Educacional de Bauru, à luz do referencial metodológico da História Oral. A partir da análise dos dados emergentes das seis narrativas constituídas, foram identificadas quatro tendências de análise associadas à historicidade do curso em tela: *a ênfase na formação específica em Matemática, as transformações na estrutura do curso, as implicações do contexto político e o papel das fundações educacionais no oferecimento de cursos de nível superior no Brasil*. Tomando a última tendência como mote para um primeiro exercício de análise, é apresentado um breve panorama sobre as fundações educacionais, com destaque para o papel das fundações municipais na expansão e interiorização do ensino superior nos estados de São Paulo e Santa Catarina. Ao mesmo tempo, excertos das narrativas trazem ao diálogo elementos associados à Fundação Educacional de Bauru, propriamente dita. Embora tenham sido tratadas como exceção pela legislação então vigente, as fundações educacionais tiveram um *boom* entre as décadas de 1960 e 1980, exercendo um papel fundamental na democratização do acesso a cursos de graduação, em um cenário em que a oferta de vagas nas instituições públicas federais e estaduais era limitada e restrita, em geral, aos grandes centros.

Palavras-chave: História Oral; Fundações educacionais municipais; Fundação Educacional de Bauru; História da Educação Matemática.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Bauru; Grupo História Oral e Educação Matemática (GHOEM); mariana.boaretti@unesp.br.

² Doutora em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro; professora do Departamento de Matemática e do Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, ambos da Faculdade de Ciências da UNESP, campus de Bauru; Grupo História Oral e Educação Matemática (GHOEM); maria.edneia@unesp.br.

Metodologia e objeto de pesquisa: um breve panorama

Esse artigo objetiva divulgar resultados de uma pesquisa de doutorado em andamento, que está sendo desenvolvida no âmbito do Projeto de *Mapeamento da Formação e Atuação de professores que ensinam/ensinaram Matemática no Brasil*, do Grupo História Oral e Educação Matemática (Ghoem). Ao propor um estudo historiográfico do curso de Matemática da Fundação Educacional de Bauru (FEB)/Universidade Estadual Paulista (UNESP), a investigação compõe um exercício coletivo e contínuo de, sob a óptica de perspectivas variadas, constituir cenários que permitam uma compreensão dos complexos e relativamente caóticos modos como essa formação e atuação tem se dado em solo brasileiro, em distintos tempos e espaços (Garnica, 2018). O recorte temporal do estudo, 1969 a 1994, se estende da criação do curso à implementação do seu projeto político pedagógico – cujas bases estão vigentes até a atualidade –, dada após a incorporação das faculdades mantidas pela FEB pela UNESP, ocorrida em agosto de 1988.

À luz da História Oral, foram constituídas seis narrativas a partir da transcrição e da textualização de entrevistas realizadas, individualmente, com sujeitos que vivenciaram o curso em tela no período tematizado, como docente e/ou estudante, de modo que as experiências narradas contemplassem as três modalidades assumidas pelo curso: licenciatura plena, bacharelado e licenciatura em Ciências com habilitação.

Apesar de o bacharelado ter sido ofertado por um curto período e como uma complementação opcional à licenciatura, em que se faziam necessárias apenas as aprovações em duas disciplinas adicionais e em um trabalho de formatura, o curso da fundação educacional guardou uma intenção latente de formar bacharéis, inclusive em sua origem como licenciatura plena. “Era uma licenciatura em termos formais, mas o professor Isaac Portal Roldán, que era a principal liderança do curso, sempre falava assim: ‘esse é um curso para formar matemáticos, quiçá professores’” (Geraldo Bergamo³, excerto de narrativa). “A ênfase dos professores era pelo bacharelado; a ênfase dos estudantes, também. [...] As disciplinas da área

³ Geraldo Antonio Bergamo, docente aposentado do departamento de Matemática da UNESP-Bauru. Graduou-se em licenciatura em Matemática, em 1976, na Fundação Educacional de Bauru, ingressando como docente da instituição no ano seguinte.

pedagógica recebiam aquele velho epíteto de perfumaria, tradicional de acontecer nesse tipo de situação” (Geraldo Bergamo, excerto de narrativa). Ao mesmo tempo, parecia existir um ambiente favorável às discussões sobre formação de professores, que eram comumente encabeçadas por um grupo de docentes que se opunha à conversão da licenciatura plena em licenciatura em Ciências com habilitação, ocorrida em meados da década de 1970, por força da Resolução nº 30/1974 do Conselho Federal de Educação (CFE). Embora tenha havido uma tentativa anterior de retomada da licenciatura plena, junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE), a reversão só foi conquistada depois que as faculdades mantidas pela FEB foram incorporadas à UNESP em 1988 (Martins, 2001), frente à autonomia da instituição.

No início dos anos 1990, na UNESP, foi implementado o primeiro projeto político pedagógico do curso, cujas bases, vigentes até a atualidade, visavam à essência da licenciatura, sobretudo pela inclusão de disciplinas do campo da Educação Matemática. Acreditamos que o ambiente de discussões sobre formação de professores insinuado na fundação educacional, em meio a uma esteira de fortes ideias bacharelescas, tenha tido seus desdobramentos nesse processo. Problematicá-lo, a partir de elementos da historicidade do curso, significa contribuir para compreensões mais amplas acerca da formação de professores de Matemática no Brasil e para uma escrita plural da História da Educação Matemática brasileira.

Esses elementos de historicidade emergem, principalmente, das narrativas, que encontram lugar, na História Oral, como fonte principal de dados. Contudo, fontes de naturezas outras também têm sido mobilizadas e postas em diálogo com as orais, dado que “[...] possibilitam incorporar ao campo de estudo do pesquisador uma série de perspectivas distintas, já que alguns recursos permitem que se revelem temas e contextos que outros recursos não permitiriam” (Garnica, 2018). Em especial, o trânsito entre fontes orais e fontes escritas tem sido evidenciado, revelando a natureza “bidirecional e complementar” da relação existente entre História Oral e pesquisa documental (Delgado, 2006, p. 25).

A partir do estudo individual e do conjunto das narrativas, foram identificadas quatro tendências de análise associadas à historicidade do curso, quais sejam: *a ênfase na formação específica em Matemática, as transformações na estrutura do curso, as implicações do contexto político e o papel das fundações educacionais no*

oferecimento de cursos de nível superior no Brasil. Aqui, nos debruçamos sobre a última tendência, ao propor um ensaio para uma análise, por nós compreendida como um movimento interpretativo de atribuição de significados plausíveis às memórias dos depoentes, pautado no cotejamento de fontes de naturezas diversas e em referenciais da História da Educação Matemática e da formação de professores. Para tanto, é apresentado um breve cenário sobre as fundações educacionais, com destaque para os estados de São Paulo e Santa Catarina, onde as fundações municipais assumiram um papel fundamental na expansão e na interiorização do ensino superior. Paralelamente, elementos associados à Fundação Educacional de Bauru, propriamente dita, são chamados ao diálogo, por meio de excertos das narrativas dos colaboradores da pesquisa.

Fundações Educacionais: um exercício de análise

Silva (1987) conceitua uma fundação como um tipo de pessoa jurídica, instituída pelo Estado ou por uma pessoa ou grupo de pessoas, cujos bens são obrigatória e exclusivamente destinados a um fim específico. “Noutras palavras, não se formam com base em pessoas, mas são organizadas a partir de um patrimônio direcionado para o cumprimento de determinada ou determinadas finalidades” (Silva, 1987, p. 43). O autor acrescenta que essas instituições, ainda quando criadas pelo poder público, têm a característica comum de assemelharem seu funcionamento aos das entidades privadas, o que envolve a necessária geração de recursos pela exploração de seus bens. Nas palavras de Silva (1987, pp. 43-44), “o esforço de aplicação do patrimônio, especificamente, deve proporcionar as bases para a viabilização e alcance dos fins para os quais se institui a fundação”. Segundo Pustiglione (2018), a despeito de suas finalidades e da legislação vigente, as fundações, quando públicas, guardam em comum a característica de prestarem serviços que são típicos ou não exclusivos do Estado, sejam elas estaduais ou municipais. Por “não exclusivos” entende-se aqueles serviços que são de interesse público e que, além do Estado, também são oferecidos pelos setores privado e público não-estatal, quais sejam: educação, saúde, cultura e pesquisa científica (Bresser-Pereira, 1997, Rossi, 2012). Em outras palavras, “as fundações devem ter como finalidades a prestação de serviços que, na sua origem, são obrigação do Estado” (Rossi, 2012, p. 17).

A ideia de fundação esteve presente ainda no período colonial e viria a assumir contornos mais definidos no início do século XX, sobretudo com a publicação do Código Civil, tendo a década de 1960 sido palco do auge de sua repercussão (Silva, 1987). Sob justificativas variadas, de cunho administrativo, econômico e ideológico – que giravam em torno da premissa de processos de tomada de decisão e de execução mais ágeis e da consequente melhora dos resultados –, a criação de fundações sofreu um *boom* em diversos setores, estendendo-se, inclusive, do plano nacional às esferas estadual e municipal (Silva, 1987). “Criar fundações [...] se não se tornou corriqueiro, ficou bastante longe de ser coisa rara, a elas se recorrendo praticamente para tudo” (Silva, 1987, p. 46). Na virada do século XX para o século XXI, fundações nas áreas da “saúde, assistência social, cultura, educação e pesquisa, religião [e] turismo” tiveram uma presença expressiva (Pustiglione, 2018, p. 5).

No que se refere às primeiras fundações associadas à educação, que remontam ao início do século XX, Pustiglione (2018), afirma serem privadas e não terem, obrigatoriamente, o ensino como preocupação primeira – ou, simplesmente, como finalidade. Segundo o autor, por tenderem a serem vinculadas a entidades religiosas e assistenciais, essas instituições voltavam-se mais a atividades a que chama de “periféricas” (Pustiglione, 2018, p. 5). Mais tarde, fundações de caráter educacional passaram a ser criadas também pelo poder público (Pustiglione, 2018). “Em muitos estados, são fundações que administram uma ou mais instituições de ensino superior, criadas sob diferentes personalidades jurídicas e por governos de diversas orientações políticas”, havendo, em menor quantidade, aquelas vinculadas à Educação Básica (Pustiglione, 2018, p. 5). Embora a Fundação Getúlio Vargas tenha sido fundada no final do ano de 1944, alguns autores, como Silva (1987), não a consideram uma instituição exclusivamente educacional, o que daria lugar à Universidade de Brasília (UnB) como pioneira das fundações educacionais brasileiras, propriamente ditas. Pustiglione (2018, p. 5) afirma que, durante o Governo Militar, um número significativo de “universidades federais que são fundações em sua origem” foi criado, destacando a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), a Universidade Federal de Rio Grande (FURG), e a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

O modelo fundacional, no âmbito do ensino superior, visava o alcance de objetivos empresariais e educacionais pela otimização dos recursos financeiros, humanos e tecnológicos (Paula, 2001). Em termos legais, as fundações educacionais foram previstas na 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61), que permitia, em seu artigo 21º, que todos os graus de ensino fossem ministrados em escolas públicas mantidas por fundações cujo patrimônio e dotações procedessem do Poder Público (Brasil, 1961). A consolidação do modelo fundacional, contudo, só viria a ocorrer anos mais tarde, com a Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68) (Bordignon, 1978), que, ao regular a organização e o funcionamento do ensino superior brasileiro, estabeleceu que tanto as universidades como os estabelecimentos isolados oficiais seriam constituídos em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público, enquanto os particulares, sob a forma de fundações ou associações (Brasil, 1968). Essas instituições, todavia, não foram instituídas sem antes serem alvo de resistência e críticas, por representarem a alguns opositores o gérmen de uma possível privatização das instituições públicas (Silva, 1987). Na esfera do direito público, Bordignon (1978) refere-se às fundações como esdrúxulas e afirma que os juristas, a quem caberia essa discussão, as consideram uma “contradição em termos”.

A Lei nº 5.540/68 relegava as fundações educacionais a segundo plano, ao estabelecer que o ensino superior fosse “[...] ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado” (Brasil, 1968, não paginado). Todavia, segundo Bordignon (1978), embora tenham sido tratadas pela legislação então vigente como exceções, essas instituições exerceram um papel fundamental no oferecimento de cursos de nível superior no país, adotando – na contramão do caráter atípico que lhes fora atribuído – uma posição modal, em termos estatísticos. Enquanto a oferta de vagas nas universidades aumentou em 366% de 1962 a 1973, os estabelecimentos isolados alcançaram a ordem de 1.495%, nesse mesmo período, ao passo que registraram 54,9% das matrículas em 1975 (Bordignon, 1978). “Na verdade, ocorrendo um certo desprestígio das autarquias, inaugurou-se uma verdadeira ‘era das fundações’”, a ponto de o Ministro da Educação Tarso Dutra

afirmá-las, em 1986, como “a solução para a problemática universitária” (Bordignon, 1978, p. 6).

No estado de São Paulo, a era das fundações educacionais foi inaugurada em 1951, em Franca – quando a primeira fundação municipal foi criada – tendo atingido seu ápice nas décadas de 1960 e 1980, em que as maiores expansões dessas instituições foram registradas (Paula, 2001). Em sua maior parte, instituídas por lei municipal, e subordinadas ao Conselho Estadual de Educação (CEE), as fundações educacionais paulistas foram criadas, sobretudo, nas regiões centro-oeste e noroeste do estado, em municípios onde não havia oferta de ensino superior (Paula, 2001). Diante de um cenário de carência de oportunidades de ingresso nas universidades federais e estaduais, Paula (2001) atribui às instituições municipais um papel fundamental na democratização do ensino superior, ao atenderem à demanda, sobretudo, de alunos de baixa renda originários de escolas públicas, mediante a ampliação da oferta de vagas. No início dos anos 2000, das setenta e oito instituições municipais de ensino superior brasileiras, quarenta e quatro estavam localizadas no estado de São Paulo (Paula, 2001).

Em Santa Catarina, a expansão, interiorização e regionalização do ensino superior ocorreu por meio de fundações educacionais de direito privado, instituídas pelo poder público municipal (Bordignon, 1978, Bastiani et al., 2018). Segundo Bordignon (1978), até 1964, a oferta de ensino superior no estado foi restrita à Florianópolis – onde os estabelecimentos isolados então existentes foram reunidos para a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) –, o que limitava o acesso ao mesmo pela população interiorana (Bordignon, 1978), restringindo-o a “grupos muito seletos de pessoas situadas, principalmente, na capital” (Bastiani et al., 2018, p. 391). Em decorrência dessa centralização, e da “crença generalizada de que a educação se constituía na mola mestra do desenvolvimento” (Bordignon, 1978, p. 4), o início da década de 1960 foi marcado por reivindicações pela instalação de faculdades no interior do estado, encabeçadas por lideranças educacionais, políticas, religiosas e sociais das principais cidades interioranas e por representantes de setores diversos da economia (Bastiani et al., 2018, Bordignon, 1978). “Os municípios de maior porte econômico passam a pleitear a criação de instituições que viabilizassem a implantação e expansão da educação

superior no Estado” (Bastiani et al., 2018, p. 379). Por consequência, e diante de um quadro político e orçamentário desfavorável à criação de instituições de ensino superior estaduais e federais, o Governo do Estado promove “inúmeras políticas e ações” (Bastiani et al., 2018, p. 379) de incentivo às fundações educacionais, que viriam a viabilizar a oferta de cursos superiores no interior do estado.

No curto espaço de uma década de 64 a 73, o continente de Santa Catarina foi tomado pelas Fundações Educacionais. [...] Até 1964 só existia a UFSC, situada na ilha de Santa Catarina. Em 1976, Santa Catarina contava com 18 Fundações Educacionais e uma Associação Particular. Reunidas, elas respondiam por mais de 2/3 do alunado do ensino superior do Estado, e das vagas oferecidas (Bordignon, 1978, p. 8).

“Num período muito curto as fundações são instaladas nas diferentes regiões do estado. Praticamente todos os municípios de médio e grande porte passaram a ter instituições de educação superior”, totalizando, até 1986, vinte e uma fundações educacionais no estado (Bastiani et al., 2018, p. 384). A hegemonia do modelo fundacional se estendeu até os anos 2000, quando instituições de ensino superior públicas e privadas deram um salto em termos quantitativos, passando de vinte e duas a noventa e quatro, no período de 1995 a 2015 (Bastiani et al., 2018).

De modo semelhante, no interior do estado de São Paulo, a Fundação Educacional de Bauru foi fruto de mobilizações sociais. Hecmet Farha rememora sua liderança nas reivindicações em prol de apoio e atuação política para a criação de uma faculdade de Engenharia na cidade, em trecho de entrevista transcrito por Baraldi et al. (2011, p. 4):

Eu tenho que contar uma história que está ainda na minha memória: o trabalho que nós fizemos para conquistar a Faculdade de Engenharia de Bauru. [...] Por iniciativa minha, percorri a região de Bauru solicitando às prefeituras uma carta de apoio, referente a uma Faculdade de Engenharia para Bauru. [...] O Laudo aprovou como fundação, com a participação da prefeitura.

Como resultado, foi criada, em 1966, a Fundação Educacional de Bauru, pela Lei Municipal nº 1.276, de 26 de dezembro, com o “[...] objetivo de instalar e administrar a Faculdade de Engenharia de Bauru” (Bauru, 1966, não paginado), criada no mesmo ano pela Lei Municipal nº 1.277, de 26 de dezembro. Mais tarde,

seriam também fundadas a Faculdade de Ciências, a Faculdade de Tecnologia e a Faculdade de Artes e Comunicações. É conveniente destacar que, antes da criação da FEB, existiam, na cidade: a Faculdade de Direito e a Faculdade de Serviço Social de Bauru, ambas da Instituição Toledo de Ensino (ITE), fundadas, respectivamente, nos anos de 1951 e 1953; a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FAFIL), atual Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO), fundada em 1953; e a Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo (FOB-USP), fundada em 1962 (Baraldi et al., 2011, Instituição Toledo de Ensino, 2024). Dessarte, apesar de não ter inaugurado o ensino superior no município, a criação da Fundação Educacional de Bauru oportunizou uma ampliação tanto da oferta de vagas como da variedade dos cursos de nível superior oferecidos.

Embora tivessem autonomia financeira e administrativa, as fundações educacionais catarinenses eram subordinadas ao poder político municipal, cabendo ao prefeito decretar estatutos e nomear dirigentes, além de prestar auxílio à sobrevivência dessas instituições (Bordignon, 1978). Do mesmo modo, em Bauru,

O prefeito é que indicava o presidente da Fundação Educacional, que é quem fazia a parte executiva toda e, no final das contas, acabava, por assim dizer, comandando a própria área educacional, porque era ele que mandava nos diretores das faculdades. Então, havia um controle muito de perto do poder político em relação às fundações, inclusive à de Bauru. Então, se nós formos pegar as diretorias executivas da Fundação e os próprios diretores de faculdade, nós vamos ter pessoas vinculadas, ideologicamente, à ditadura militar. Essa é a estrutura básica (Geraldo Bergamo, excerto de narrativa).

Ao contrário das estaduais e federais, as instituições de ensino superior paulistas mantidas pelas fundações municipais recorriam à cobrança de mensalidades para custear suas atividades, uma vez que, em sua maior parte, suas mantenedoras não recebiam recursos financeiros dos municípios (Paula, 2001). Essas mensalidades, todavia, tendiam a ser inferiores àquelas cobradas pelas instituições particulares, sendo consideradas acessíveis aos padrões das regiões onde as fundações se localizavam (Paula, 2001, 2006). Também no estado de Santa Catarina, a cobrança de mensalidades tornou-se a fonte principal de financiamento das fundações educacionais municipais (Bastiani et al., 2018). Como

as fundações públicas foram criadas sem fins lucrativos, o excedente dessas mensalidades não se configurava tipicamente como lucro, devendo ser destinado à melhoria das próprias instituições, com vistas ao atendimento dos fins sociais, que se sobrepunham ao fator econômico (Paula, 2006, Rossi, 2012). Como as fundações educacionais municipais

[...] tinham uma porcentagem pequena de recursos dos orçamentos municipais [...] a Fundação [Educativa de Bauru] vivia num limbo, vamos chamar assim – ou em dois infernos; porque, ela era de direito municipal, mas, de fato, funcionava como uma escola particular, já que tinha as mensalidades e ela sobrevivía a partir delas (Geraldo Bergamo, excerto de narrativa).

[...] A prefeitura arcava com dois por cento do orçamento do Município para a FEB. Então, desde o princípio, a Fundação sabia que o município não teria condições de custear o ensino gratuito para os alunos dos vários cursos. Era sabido que ele iria contribuir só com dois por cento. Mas, às vezes, esses dois por cento não era repassado para a FEB num determinado ano. Era uma situação muito incerta. Em outras palavras: nós dependíamos muito, mesmo, das anuidades dos alunos. Se os alunos não pagassem, não tinha dinheiro para pagar professor (Pedro de Pretto⁴, excerto de narrativa).

Considerações finais

Embora tenham sido tratadas, pela legislação então vigente, como exceção, as fundações educacionais exerceram um papel fundamental na expansão e na interiorização do ensino superior brasileiro, viabilizando sua democratização ante um cenário em que a oferta de vagas nas instituições públicas estaduais e federais era limitada e tendia a ser restrita aos grandes centros urbanos.

Nos estados de São Paulo e Santa Catarina, essas instituições, em sua maior parte instituídas pelo poder público municipal, foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos de graduação em muitas das cidades interioranas onde não havia oferta de ensino superior público e gratuito. Apesar de necessárias, as

⁴ Pedro Walter de Pretto, bacharel em Engenharia Química, licenciado em Matemática e mestre em Matemática pela Universidade de São Paulo. Além de ministrar disciplinas de Matemática, exerceu diversos cargos de liderança na Fundação Educacional de Bauru, a saber: chefia do departamento de Matemática, direção e vice direção da Faculdade de Engenharia, direção da Faculdade de Tecnologia e chefia e subchefia do Departamento de Engenharia de Produção. Ademais, foi reitor eleito pela comunidade universitária da Universidade de Bauru (UB), antiga Fundação Educacional de Bauru e atual UNESP.

mensalidades das fundações municipais ficavam aquém daquelas praticadas pelas instituições particulares, o que significava maiores possibilidades de acesso ao ensino superior inclusive pelas camadas mais populares. Quando não inauguraram o ensino superior no município, como foi o caso da Fundação Educacional de Bauru, oportunizaram a ampliação tanto da oferta de vagas como da variedade de cursos oferecidos, além de anuidades, geralmente, consideradas mais acessíveis.

Esse panorama revela que o estudo historiográfico de um curso de Matemática específico, criado no interior do estado de São Paulo, em uma fundação educacional – cujas faculdades viriam a ser, posteriormente, incorporadas por uma universidade pública estadual –, é potencial para contribuir para uma escrita plural da História da Educação Matemática brasileira e para ampliar as compreensões sobre os modos como os professores que ensinam/ensinaram Matemática no Brasil têm sido formados.

Agradecimentos e apoios

Agradecemos à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo apoio financeiro.

Referências

Baraldi, I. M., Javaroni, S. L., & Pinto, C. M. C. (2011). A constituição da Faculdade de Engenharia de Bauru: um primeiro ensaio. *Anais do Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia*. Blumenau: FURB.

Bastiani, S. C., Trevisol, J. V., & Pegoraro, L. (2018). A educação superior em Santa Catarina: um século de história (1917-2017). *EccoS Revista Científica*, (47), 375-395.

Bauru. Prefeitura Municipal. (1966). *Lei Municipal nº 1.276, de 26 de dezembro de 1966*. Cria, neste município, a “Fundação Educacional de Bauru”. https://sapl.bauru.sp.leg.br/pysc/download_norma_pysc?cod_norma=1326&texto_original=1.

Bordignon, G. (1978). *Estabelecimentos isolados de ensino superior: um estudo das fundações educacionais de SC*. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Brasil. Presidência da República. (1961). *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>.

Brasil. Presidência da República. (1968). *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>.

Bresser-Pereira, L. C. (1997). Estratégia e estrutura para um novo Estado. *Revista de Economia Política*, 17 (3), 343-357.

Delgado, L. A. N. (2006). *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica.

Garnica, A. V. M. (2018). Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática: mapeamento da formação e atuação de professores que ensinam/ensinaram matemática no Brasil. *HISTEMAT*, 4(3), 68-92.

Instituição Toledo de Ensino. (2024). *Sobre a ITE: há mais de 70 anos realizando sonhos!*. <https://ite.edu.br/paginas/sobre-a-unidade#historia>.

Martins, R. M. (2001). *Projeto pedagógico e licenciatura em matemática: um estudo de caso*. (Dissertação de Mestrado em Educação Matemática). Rio Claro: Universidade Estadual Paulista.

Paula, M. G. R. de. (2001). As fundações educacionais no contexto da globalização. *Economia & Pesquisa*, 3(3), 119-127.

Paula, M. G. R. de. (2006). Terceiro setor: as fundações educacionais como setor solidário. *Economia & Pesquisa*, 8(8), 107-127.

Pustiglione, L. C. A. B. (2018). Fundações e educação básica: o caso da fundação municipal de educação de Niterói-RJ. *Criar Educação*, 7(2), 1-19.

Rossi, A. L. D. O. C. (2012). *Fundações educacionais públicas regidas pelo direito privado: conflitos existentes diante da Constituição Federal e do novo Código Civil brasileiro*. (Relatório de Iniciação Científica). Assis: Fundação Educacional do Município de Assis.

Silva, J. F. da. (1987). Fundações educacionais: natureza e problemática. *Forum Educacional*, 11(4), 42-55.